



**Universidade:  
presente!**

**UFRGS**  
PROPEAQ



**XXXI SIC**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Violência homofóbica em Mulheres Lésbicas no Rio Grande do Sul: números sociais
<b>Autor</b>	GABRIELA TIRELLO ACQUOLINI
<b>Orientador</b>	DANIEL CANAVESE DE OLIVEIRA

## **Violência homofóbica em Mulheres Lésbicas no Rio Grande do Sul: números sociais**

*Disc. Gabriela Acquolini (UFRGS), Disc. Prof. Dr. Daniel Canavese (UFRGS)*

A Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), estabelecida em virtude da vulnerabilidade histórica e das barreiras de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), tem o objetivo de promover a saúde integral LGBT, buscando reduzir o preconceito institucional, assim como contribuir para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2017). Neste contexto, o projeto de pesquisa-intervenção da Política Nacional Saúde Integral LGBT financiado pelo Ministério da Saúde, registrado da UFRGS, com ações realizadas por Martha, Eduardo, Vicente, Iuday e Daniel, busca apoiar a implementação, a execução e o monitoramento da referida Política na região sul do Brasil e contempla metodologias complementares (quantitativas, qualitativas e formativas) combinando análises estatísticas, sociais, geográficas e epidemiológicas da informação em saúde. Esse resumo se destina a apresentar resultados parciais dos dados disponibilizados pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) quanto à notificação de casos suspeitos ou confirmados de violências homo-lesbo-trans-fóbicas contra mulheres lésbicas em todas as idades, no estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2014 a 2017. Para a análise utilizou-se o software SPSS na extração da frequência de ocorrência do recorte indicado, bem como dos itens: raça/cor, se a violência ocorreu outras vezes e se a lesão foi autoprovocada. A partir dos resultados obtidos, do total de 504 mulheres, a maioria se autodeclararam brancas, com um percentual de 78,2% (n=394), seguido de pardas com 8,7% (n=44) e pretas com 7,7% (n=39). Os 5,4% (n=27) restantes são compostos por mulheres indígenas, amarelas, por mulheres que ignoraram o quesito raça/cor e por fichas que não preencheram esse campo. Também foi possível observar, que em 46% (n=232) das notificações há reincidência da violência, em 42,1% (n=212) a violência não ocorreu outras vezes e em 11,9% (n=60) as notificações não foram preenchidas ou foram ignoradas nesse item. Por fim, em 65,9% (n=332) a lesão não foi autoprovocada, em 31% (n=156) a lesão foi autoprovocada e em 3,2% (n=16) não há o preenchimento do campo ou o mesmo foi ignorado. Para uma leitura fidedigna desse cenário é fundamental relacioná-lo com o paradigma atual, forjado por uma sociedade que possui em suas entranhas uma colonialidade enraizada, resíduo irredutível de nossa formação social (CRUZ, 2017). Embora o avanço da técnica seja indiscutível, nota-se que a subnotificação da violência ainda é um desafio a ser vencido, reflexo da modernidade/colonialidade, cuja gênese explícita a violência patriarcal do colonialismo do poder, do saber e da natureza (CRUZ, 2017). Com isso, os papéis de gênero e da sexualidade são estipulados com base em um modelo colonial europeu, que servem como normativos aos comportamentos e atividades do homem e da mulher e que estão relacionados às origens dos preconceitos e discriminações a homossexuais, ou seja, homens e mulheres que são vistos como desviantes das condições de gênero (COSTA, 2010). Nesse contexto, o fato de mulheres lésbicas sofrerem violência por questões de gênero e orientação sexual e, essa violência muitas vezes ser recorrente, indica que esse padrão normativo de comportamento, que controla a raça, o gênero, e a sexualidade, corrobora para as desigualdades sociais e marginaliza essa parcela da população. Além, a ocorrência expressiva de violência LGBTfóbica contra o gênero feminino é indicativo da interseccionalidade de opressões, onde as mulheres sofrem mais de um tipo de violência. Os dados relativos à raça/cor indicam que a maior quantidade de notificações é de mulheres brancas, indicativo das barreiras de acesso das mulheres pretas, pardas e indígenas aos serviços da saúde, visto que essas são em maior número em comunidades de vulnerabilidade social e, no entanto não possuem registros significativos no SINAN. Nesta perspectiva, o projeto busca promover a equidade e a melhoria da qualidade de vida da população LGBT, através de ações educativas para o fortalecimento e implementação da Política no SUS e disseminação das informações em saúde.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais: POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT**. 2017. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/component/content/article/41380-gays-lesbicas-bissexuais-travestis-e-transexuais>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. **Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

COSTA, Benhur Pinós da. Geografias das Representações Sobre o Homoerotismo. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p.21-38, jul. 2010.